



RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas
Referentes aos Períodos de Três e de Nove Meses findos
em 30 de setembro de 2021 e
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISPE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paranapanema Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	2
Desempenho econômico-financeiro	6
Principais indicadores	6
Receita.....	6
Custos e despesas operacionais	7
Ebitda e margem Ebitda	8
Resultado financeiro	9
Endividamento	9
Prejuízo.....	10
Informações trimestrais - ITR	11
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado consolidado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado.....	18
Notas explicativas da Administração	19
1. Informações gerais	19
2. Apresentação das informações trimestrais - ITR	24
3. Principais práticas contábeis.....	25
4. Gestão de riscos do negócio.....	25
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	27
6. Clientes	28
7. Tributos a recuperar/recolher	29
8. Depósitos judiciais	29
9. Investimentos	30
10. Imobilizado.....	30
11. Intangível	33
12. Fornecedores.....	34
13. Encargos setoriais	35
14. Debêntures	35
15. Provisões para riscos.....	37
16. Dividendos	40
17. Juros sobre o capital próprio	40
18. Partes relacionadas	40
19. Patrimônio líquido	41
20. Receita operacional líquida.....	42

21. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede	42
22. Resultado financeiro	44
23. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos	44
24. Lucro por ação	46
25. Instrumentos financeiros	46
26. Seguros.....	47
27. Transações não caixa.....	48
28. Compromissos	48
29. Evento subsequente	48
Declaração da Diretoria	49
Membros da Administração	50

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

	Consolidado		
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	454.778	444.811	2,2
Outras receitas	97	84	15,5
(-) Deduções à receita operacional	(50.318)	(48.052)	4,7
Receita operacional líquida	404.557	396.843	1,9
(-) Custos e despesas operacionais	(405.071)	(259.206)	56,3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(514)	137.637	-100,4
Ebitda	69.353	192.388	-64,0
Margem Ebitda - %	17,1%	48,5%	-31,4 p.p.
Resultado financeiro	(18.246)	(120.809)	-84,9
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.760)	16.828	-211,5
(Prejuízo) / lucro líquido do período	(13.607)	11.048	-223,2
Margem líquida - %	-3,4%	2,8%	-6,2 p.p.
Quantidade de ações			
Ações em circulação	94.433	94.433	-
(Prejuízo) / lucro líquido básico e diluído por ação	(0,14409)	0,11699	-223,2

O 3º trimestre de 2021 foi marcado pela escassez de chuvas que está provocando uma das piores crises hídricas já observadas no Brasil e os efeitos decorrentes desse momento sem precedentes penalizam o desempenho da Companhia, mesmo com todos os esforços e ações mitigatórias que foram implementadas pela Administração. O principal impacto foi na Margem Bruta (Receita Líquida reduzida dos custos de Compra de Energia) já que 100% das suas operações são no mercado livre e, consequentemente, 100% exposta aos efeitos do risco hidrológico (GSF).

Receita

A Companhia apresentou ligeiro aumento de R\$ 7,7 milhões na receita operacional líquida, em razão principalmente dos reajustes nos preços dos contratos bilaterais.



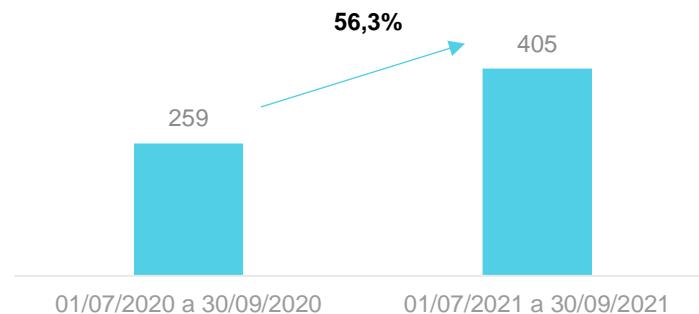
Custos e despesas operacionais

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Pessoal	(22.587)	(21.341)	5,8
Material	(2.465)	(2.777)	-11,2
Serviços de terceiros	(11.274)	(15.155)	-25,6
Energia comprada	(253.732)	(115.431)	119,8
Depreciação e amortização	(69.867)	(54.751)	27,6
Encargos de uso da rede elétrica	(40.619)	(36.112)	12,5
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(7.489)	(6.396)	17,1
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.840)	(1.679)	9,6
Seguros	(2.336)	(2.352)	-0,7
Aluguéis	(643)	(514)	25,1
Provisões para riscos	(2.585)	1.209	-313,8
Compartilhamento de despesas	(1.860)	(2.516)	-26,1
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	10.430	-	-
Outros	1.796	(1.391)	-229,1
	(405.071)	(259.206)	56,3

Os custos e despesas operacionais apresentaram, na comparação entre os dois trimestres, um aumento de R\$ 145,9 milhões. As principais variações foram:

- Aumento de R\$ 138,3 milhões no custo com compra de energia. Apesar das ações visando a mitigação de parte dos efeitos, esse aumento se dá, principalmente, em virtude da piora no cenário hidrológico (GSF) e, também, aumento no PLD médio de R\$ 91,68 para R\$ 581,71 na comparação entre os dois trimestres;
- Elevação de R\$ 15,1 milhões nas despesas com depreciação e amortização, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível, reconhecido em Dez/2020, proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF previsto na Lei nº 14.052/2020;
- Reconhecimento de R\$ 10,4 milhões referente ao complemento na recuperação de custos pela indenização do acordo do GSF em contrapartida ao ativo intangível referente à extensão dos contratos de concessão das usinas. Esse complemento se deu após a homologação efetiva dos valores pela Aneel e CCEE.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



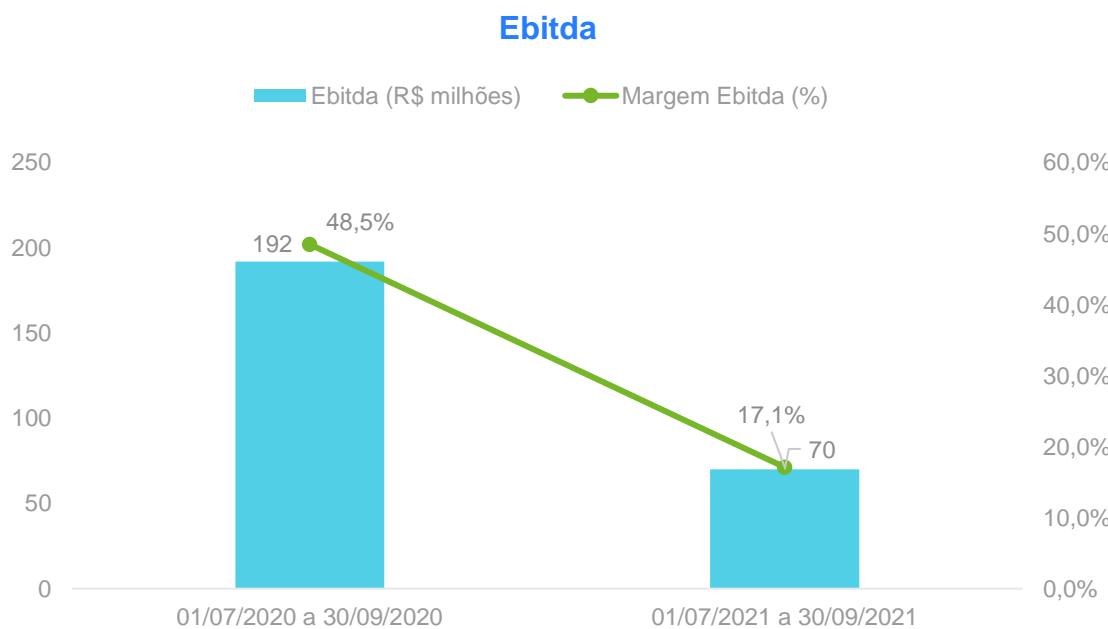
Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
(Prejuízo) / lucro líquido do período	(13.607)	11.048	-223,2
Imposto de renda e contribuição social	(5.153)	5.780	-189,2
Resultado financeiro (líquido)	18.246	120.809	-84,9
Depreciação e amortização	69.867	54.751	27,6
Ebitda	69.353	192.388	-64,0
<i>Margem Ebitda</i>	<i>17,1%</i>	<i>48,5%</i>	<i>-31,4 p.p</i>

O Ebitda é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou redução de R\$ 123 milhões, em comparação ao 3º trimestre de 2020, principalmente em razão do aumento com a compra de energia no período, principal impacto da crise hídrica enfrentada no período.



Resultado financeiro

	Consolidado		
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Receitas	41.503	6.633	525,7
Despesas	(59.749)	(127.442)	-53,1
Resultado financeiro líquido	(18.246)	(120.809)	-84,9

O resultado financeiro líquido, no 3º trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 18,3 milhões, que representa uma melhora de R\$ 102,6 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Aumento da receita financeira em razão do recebimento de multa no valor de R\$ 41,7 milhões referente a renegociação de preços e prazos originalmente contratados junto a uma comercializadora que tinha compromisso de entrega de energia comprada para o período.

Já na linha das despesas financeiras, houve uma redução de R\$ 67,7 milhões, principalmente em função do pagamento do passivo relativo a liminar do GSF (pagamento efetuado em Fevereiro/21) que representou uma redução na despesa com variação monetária de R\$ 77,6 milhões. Esse efeito positivo foi parcialmente compensado pela elevação dos índices financeiros que corrigem as dívidas mantidas pela Companhia. O IPCA aumentou de 0,86% no 3º trimestre de 2020 para 2,38% no 3º trimestre de 2021 e o CDI aumentou de 0,49% para 1,26%. Além disso, houve o acréscimo dos juros relativos à nova captação de debentures ocorrida em janeiro de 2021.

Endividamento

	30/09/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures	1.250.139	1.074.801	16,3
Curto prazo	348.925	376.967	-7,4
Longo prazo	901.214	697.834	29,1
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(113.517)	(1.110.250)	-89,8
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.005)	(807)	24,5
Dívida líquida	1.135.617	(36.256)	3.232,2

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

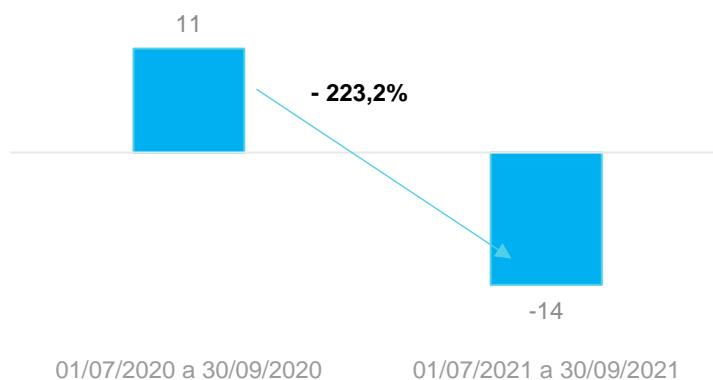
O saldo da dívida líquida, em comparação com 31 de dezembro de 2020, teve um aumento de R\$ 1,1 bilhão, principalmente em função da redução do saldo de caixa da Companhia após a liquidação do passivo da liminar do GSF em fevereiro de 2021 no montante líquido de R\$ 1,1 bilhão.

	Remuneração	Vencimento	30/09/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	266.283	380.681	-30,1
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	116.899	-100,0
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	122.207	231.503	-47,2
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	161.568	160.385	0,7
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	196.133	185.333	5,8
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	26/01/2024	181.443	-	0,0
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	26/01/2026	322.505	-	0,0
			1.250.139	1.074.801	16,3

Prejuízo

Em virtude dos fatores comentados anteriormente, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 13,6 milhões no período, representando redução no seu resultado de R\$ 24,6 milhões em comparação com o desempenho apresentado no mesmo trimestre do ano de 2020 principalmente em razão do aumento na necessidade por compra de energia em função da crise hídrica comentada anteriormente.

Lucro líquido / (Prejuízo)
(R\$ milhões)



Informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	89.380	1.062.848	113.517	1.110.250
Clientes	6	146.006	840.277	148.373	842.470
Tributos a recuperar	7	8.340	2.577	8.340	2.658
Serviços em curso		22.361	15.980	22.361	15.980
Despesas antecipadas		7.981	5.808	8.122	5.885
Outros créditos		2.799	1.169	2.833	1.198
Total do ativo circulante		276.867	1.928.659	303.546	1.978.441
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	1.005	807	1.005	807
Clientes	6	2.969	-	2.969	-
Tributos a recuperar	7	819	819	2.261	2.246
Tributos diferidos	23.2	128.297	127.362	128.297	127.362
Depósitos judiciais	8	59.954	60.359	59.954	60.359
Despesas antecipadas		2.105	2.028	2.107	2.028
		195.149	191.375	196.593	192.802
Investimentos	9	216.595	220.186	-	-
Imobilizado	10	2.337.569	2.477.163	2.528.666	2.674.688
Intangível	11	822.457	863.822	832.801	874.654
Total do ativo não circulante		3.571.770	3.752.546	3.558.060	3.742.144
Total do ativo		3.848.637	5.681.205	3.861.606	5.720.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Balanços patrimoniais

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	12	476.860	2.037.128	481.899	2.069.227
Salários, provisões e contribuições sociais		17.845	17.682	18.316	18.117
Tributos a recolher	7	9.788	142.249	10.230	142.427
Encargos setoriais	13	30.008	25.430	30.016	25.438
Debêntures	14	348.925	376.967	348.925	376.967
Dividendos	16	1.378	278.866	1.378	278.866
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	229	45.288	229	45.288
Partes relacionadas	18	1.720	1.884	1.793	1.954
Receitas diferidas		969	4.224	1.006	4.373
Outras obrigações		1.581	1.286	1.580	1.291
Total do passivo circulante		889.303	2.931.004	895.372	2.963.948
Não circulante					
Fornecedores	12	26.611	25.005	26.611	25.005
Encargos setoriais	13	6.944	9.399	6.944	9.399
Indenização socioambiental		17.464	15.088	17.464	15.088
Debêntures	14	901.214	697.834	901.214	697.834
Plano de aposentadoria		44.091	44.091	44.091	44.091
Provisões para riscos	15	38.132	36.741	45.032	43.177
Receitas diferidas		7.637	2.342	7.637	2.342
Outras obrigações		7.348	7.957	7.348	7.957
Total do passivo não circulante		1.049.441	838.457	1.056.341	844.893
Total do passivo		1.938.744	3.769.461	1.951.713	3.808.841
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		115.084	115.084	115.084	115.084
Reserva de lucros		585.637	585.546	585.637	585.546
Lucros acumulados		41.782	-	41.782	-
Ajuste de avaliação patrimonial		328.252	371.976	328.252	371.976
Total do patrimônio líquido		1.909.893	1.911.744	1.909.893	1.911.744
Total do passivo e patrimônio líquido		3.848.637	5.681.205	3.861.606	5.720.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado

PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional líquida	20	396.746	980.554	390.156	1.137.878
Custos operacionais					
Pessoal		(19.215)	(50.316)	(16.059)	(45.594)
Material		(2.230)	(5.379)	(2.192)	(5.705)
Serviços de terceiros		(5.855)	(19.096)	(7.474)	(21.567)
Energia comprada	21.2	(246.086)	(348.211)	(114.429)	(226.023)
Depreciação e amortização		(66.145)	(202.275)	(51.349)	(153.857)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(40.439)	(110.527)	(35.964)	(105.349)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(7.489)	(18.161)	(6.396)	(20.386)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.814)	(5.442)	(1.655)	(4.964)
Seguros		(2.304)	(6.984)	(2.319)	(6.971)
Aluguéis		(12)	(12)	-	-
(Provisão) / reversão para riscos		(2.167)	(1.919)	772	749
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF		10.354	10.354	-	-
Outros		2.040	1.561	(247)	(942)
		(381.362)	(756.407)	(237.312)	(590.609)
Resultado bruto		15.384	224.147	152.844	547.269
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(2.679)	(8.925)	(4.571)	(10.745)
Material		(5)	(162)	(71)	(232)
Serviços de terceiros		(4.445)	(14.764)	(6.242)	(16.602)
Depreciação e amortização		(1.151)	(2.837)	(1.007)	(3.006)
Aluguéis		(598)	(1.689)	(466)	(921)
(Provisão) / reversão para riscos		(325)	(186)	396	384
Compartilhamento de despesas	18.3	(1.860)	(5.664)	(2.516)	(8.984)
Outros		(262)	(2.462)	(1.061)	1.876
		(11.325)	(36.689)	(15.538)	(38.230)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	(4.608)	(3.591)	(1.665)	118
		(4.608)	(3.591)	(1.665)	118
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(549)	183.867	135.641	509.157
Resultado financeiro	22				
Receitas		41.192	57.571	6.393	28.242
Despesas		(59.751)	(248.091)	(125.495)	(217.029)
		(18.559)	(190.520)	(119.102)	(188.787)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.108)	(6.653)	16.539	320.370
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		-	-	(42.496)	(171.448)
Diferido		5.501	2.219	37.005	64.280
		5.501	2.219	(5.491)	(107.168)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(13.607)	(4.434)	11.048	213.202
(Prejuízo) / lucro líquido básico e diluído por ação	24	(0,14409)	(0,04695)	0,11699	2,25771

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado consolidado

PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional líquida	20	404.557	1.002.143	396.843	1.157.793
Custos operacionais					
Pessoal		(19.906)	(52.230)	(16.708)	(47.425)
Material		(2.449)	(5.827)	(2.656)	(6.571)
Serviços de terceiros		(6.470)	(21.136)	(8.526)	(24.553)
Energia comprada	21.2	(253.732)	(358.378)	(115.431)	(227.872)
Depreciação e amortização		(68.716)	(210.003)	(53.733)	(161.231)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(40.619)	(110.965)	(36.112)	(105.764)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(7.489)	(18.161)	(6.396)	(20.386)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.840)	(5.522)	(1.679)	(5.038)
Seguros		(2.336)	(7.082)	(2.352)	(7.068)
Aluguéis		(45)	(53)	-	-
(Provisão) / reversão para riscos		(2.217)	(1.932)	799	832
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF		10.430	10.430	-	-
Outros		2.022	1.526	(278)	(997)
		(393.367)	(779.333)	(243.072)	(606.073)
Resultado bruto		11.190	222.810	153.771	551.720
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(2.681)	(8.961)	(4.633)	(10.807)
Material		(16)	(173)	(121)	(291)
Serviços de terceiros		(4.804)	(15.826)	(6.629)	(17.752)
Depreciação e amortização		(1.151)	(2.856)	(1.018)	(3.041)
Aluguéis		(598)	(1.805)	(514)	(1.010)
(Provisão) / reversão para riscos		(368)	(219)	410	433
Compartilhamento de despesas	18.3	(1.860)	(5.664)	(2.516)	(8.984)
Outros		(226)	(2.470)	(1.113)	1.727
		(11.704)	(37.974)	(16.134)	(39.725)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(514)	184.836	137.637	511.995
Resultado financeiro	22				
Receitas		41.503	58.204	6.633	29.175
Despesas		(59.749)	(248.809)	(127.442)	(219.866)
		(18.246)	(190.605)	(120.809)	(190.691)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.760)	(5.769)	16.828	321.304
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		(348)	(884)	(42.785)	(172.382)
Diferido		5.501	2.219	37.005	64.280
		5.153	1.335	(5.780)	(108.102)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(13.607)	(4.434)	11.048	213.202
(Prejuízo) / lucro líquido básico e diluído por ação	24	(0,14409)	(0,04695)	0,11699	2,25771

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado abrangente

PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
(Prejuízo) / lucro líquido do período	(13.607)	(4.434)	11.048	213.202
Outros resultados abrangentes do período				
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	6.278
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	1.296	3.776	858	2.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(441)	(1.284)	(295)	(862)
	855	2.492	563	7.913
Resultado abrangente do período	(12.752)	(1.942)	11.611	221.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	839.138	115.084	585.546	-	525.616	(153.640)	1.911.744
Resultado abrangente do período							
Prejuízo do período	-	-	-	(4.434)	-	-	(4.434)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	3.776	3.776
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(1.284)	(1.284)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	2.492	(2.492)	-
	-	-	-	(4.434)	2.492	-	(1.942)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	70.024	(70.024)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(23.808)	23.808	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Dividendos prescritos	-	-	91	-	-	-	91
Saldo em 30 de setembro de 2021	839.138	115.084	585.637	41.782	481.892	(153.640)	1.909.893

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	839.138	116.804	158.378	-	587.387	(150.910)	1.550.797
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	213.202	-	-	213.202
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	6.278	6.278
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	(30)	-	2.527	2.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Reclassificação reserva de lucros	-	-	(2.491)	-	-	2.491	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	1.665	(1.665)	-
	-	-	(2.491)	213.172	1.665	8.769	221.115
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	71.145	(71.145)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(24.189)	24.189	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	839.138	116.804	155.887	260.128	542.096	(142.141)	1.771.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa

PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.653)	320.370	(5.769)	321.304
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		205.112	156.863	212.859	164.272
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível e obrigações especiais		1.706	1.399	1.706	1.409
Apropriação de juros sobre debêntures	14	58.538	50.915	58.538	50.915
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	1.207	1.290	1.207	1.290
Variação monetária sobre debêntures	14	54.398	15.804	54.398	15.804
Variação monetária sobre provisão para riscos	22	1.742	1.519	1.746	1.559
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(1.886)	(2.141)	(1.888)	(2.144)
Variação monetária referente a inadimplência CCEE	22	(7.758)	-	(7.758)	-
Variação monetária referente a liminar CCEE	22	121.293	139.261	121.990	142.047
Variação monetária referente a indenização socioambiental	22	2.376	1.703	2.376	1.703
Variação monetária TUSD-g	22	2.532	2.222	2.532	2.222
Variação monetária P&D		162	292	162	292
Reversão da provisão para riscos	15	(2.105)	(1.133)	(2.151)	(1.265)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	1.3	(10.354)	-	(10.430)	-
Equivalência patrimonial	9	3.591	(118)	-	-
		430.554	367.876	435.287	378.104
Variações nos ativos					
Clientes		699.060	(50.664)	698.886	(49.206)
Partes relacionadas		-	104	-	104
Depósitos judiciais		1.271	114	1.271	114
Serviços em curso		(6.381)	(8.743)	(6.381)	(8.743)
Despesas antecipadas		(2.250)	(1.940)	(2.316)	(2.000)
Outras variações ativas		1.412	(213)	1.407	(216)
		693.112	(61.342)	692.867	(59.947)
Variações nos passivos					
Fornecedores		39.467	(4.110)	36.678	(7.816)
Salários, provisões e contribuições sociais		163	1.342	199	1.388
Impostos, taxas e contribuições		(3.668)	(452)	(3.404)	29
Receitas diferidas		2.040	(12.856)	1.928	(12.927)
Partes relacionadas		(164)	(78)	(161)	(75)
Provisão / (reversão) para riscos		1.848	(1.623)	1.907	(1.761)
Outras variações passivas		1.600	4.580	1.594	4.558
		41.286	(13.197)	38.741	(16.604)
Caixa gerado nas operações		1.158.299	613.707	1.161.126	622.857
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(70.706)	(75.523)	(70.706)	(75.523)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14	(102.170)	(28.691)	(102.170)	(28.691)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(134.556)	(103.614)	(135.374)	(104.270)
Pagamento liminar GSF	1.3	(1.721.028)	-	(1.745.996)	-
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades operacionais		(870.161)	405.879	(893.120)	414.373
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento na venda de imobilizado		626	155	626	155
Adições no ativo imobilizado e intangível		(15.595)	(23.588)	(15.901)	(25.678)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(14.969)	(23.433)	(15.275)	(25.523)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Valor recebido pela emissão de debêntures	14	500.000	-	500.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	14	(2.588)	-	(2.588)	-
Pagamento de debêntures	14	(263.341)	(299.992)	(263.341)	(299.992)
Pagamento de dividendos	16	(277.397)	(125.032)	(277.397)	(125.032)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(45.012)	(57.789)	(45.012)	(57.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(88.338)	(482.813)	(88.338)	(482.813)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(973.468)	(100.367)	(996.733)	(93.963)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.062.848	1.087.193	1.110.250	1.121.907
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		89.380	986.826	113.517	1.027.944

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do valor adicionado

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas					
Venda de energia e outros serviços	20	980.554	1.137.878	1.002.143	1.157.793
		980.554	1.137.878	1.002.143	1.157.793
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede		(485.727)	(331.372)	(496.256)	(333.636)
Materiais e serviços de terceiros		(45.065)	(50.192)	(48.625)	(55.010)
Outros custos operacionais		(9.590)	(4.341)	(9.774)	(4.458)
		(540.382)	(385.905)	(554.655)	(393.104)
Valor adicionado bruto		440.172	751.973	447.488	764.689
Depreciação e amortização		(135.088)	(85.718)	(142.835)	(93.127)
Valor adicionado líquido produzido		305.084	666.255	304.653	671.562
Equivalência patrimonial	9	(3.591)	118	-	-
Outras receitas financeiras		62.074	29.613	62.707	30.545
Valor adicionado recebido em transferência		58.483	29.731	62.707	30.545
Valor adicionado total a distribuir		363.567	695.986	367.360	702.107
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		33.199	28.270	34.248	29.192
Benefícios		8.817	13.370	9.222	14.063
FGTS		2.944	2.698	3.029	2.786
Provisão para gratificação (bônus)		229	1.076	250	1.125
Participação nos resultados		5.768	5.124	5.887	5.219
Encargos sociais (exceto INSS)		626	2.031	647	2.099
		51.583	52.569	53.283	54.484
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.624	144.576	2.836	145.840
Estaduais		180	174	192	189
Municipais		18.359	20.520	18.359	20.520
		20.163	165.270	21.387	166.549
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		1.921	921	2.071	1.010
Outras despesas financeiras		248.118	217.068	248.837	219.906
		250.039	217.989	250.908	220.916
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		41.782	260.158	41.782	260.158
		41.782	260.158	41.782	260.158
Valor adicionado distribuído		363.567	695.986	367.360	702.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração Às informações trimestrais – em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controladora” ou “Sapucaí Mirim”), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmeiras e Retiro, conforme mencionado em nota explicativa nº 9.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 612.436 na Controladora e R\$ 591.826 no Consolidado, o que representa uma redução de 38,9% na Controladora e 40% no Consolidado em comparação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação se dá em virtude do pagamento referente ao acordo GSF, ocorrida no 1º trimestre de 2021, transferência do não circulante para o circulante referente à parcela do principal da 8ª emissão série 1 de debêntures, liquidação da 5ª emissão série 2 de debêntures, transferência do não circulante para o circulante referente a pagamento de principal da 4ª e 7ª emissão série 2.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de concessão

Controladora								
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Inicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Taquarucu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.265,3	1.064,5		

1.2.2. Resoluções autorizativas

Controlada								
Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Inicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termelétricas ao máximo. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Diante das diretrizes de governança da Companhia e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 29 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente a extensão pela repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052, regulamentada pela REN 895/2020.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, os agentes devem renunciar à disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação. Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, automaticamente, os agentes também devem quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE. O pagamento foi feito pela Companhia e sua controlada no 1º trimestre de 2021, no montante de R\$ 1.745.996.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REN 895/2020, foram confirmados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.919/2021, os valores divulgados em março, resarcindo as usinas sob administração da Companhia e sua controlada em função do acordo referentes a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Como efeito, foram registrados complementos em seu ativo intangível R\$10.354 e R\$ 76, respectivamente.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052 /2021, em 29 de setembro a companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruçu, Salto Grande, Jurumirim (pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de direito sobre o qual se funda a ação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia S.A em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta Portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017. Para mais informações, vide nota explicativa nº 12.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

Também foi aprovado o encerramento dos subsídios na tarifa para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos 5 anos seguintes.

1.6. COVID-19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, a Companhia implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

Em paralelo, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir o correto tratamento ao profissional. Em complemento a estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas médica e científica no Brasil.

Entre outras ações práticas, disponibilizou equipamentos para medição de temperatura dos profissionais que frequentam as unidades e intensificou das medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios da Companhia foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que terão acesso a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2.Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de CP no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora a Companhia esteja sujeita a obrigação de investimento em P&D os montantes já comprometidos com projetos são superiores a obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até o momento não há efeitos financeiros para a Companhia.

1.7. Crise hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam a maioria das usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, o efeito esperado é o da manutenção dos preços de energia (PLD) no teto estabelecido pela Aneel (R\$ 583,88/MwH) ao longo de todo o período seco além do GSF ser apurado em patamares muito aquém do estimado.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) que reconhece a situação crítica de escassez.

Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, deverão ser aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

Diante do cenário instalado, foi criado, pela Companhia, um grupo de Crise composto pelas áreas Jurídica, Regulatória, Meio Ambiente, Engenharia da Operação e Comunicação, cujo objetivo é otimizar os recursos disponíveis para mitigar os efeitos desse momento desafiador em razão da escassez hídrica. Esse grupo segue acompanhando e participando das iniciativas e cumprindo as determinações regulatórias com o objetivo de conter os impactos da estiagem, bem como o impacto em suas operações e nas informações contábeis.

1.8. Implementação do SAP

A Companhia, alinhada à estratégia do grupo, CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País, escolheu o ecossistema de soluções SAP para dar sustentação à modernização dos processos de negócios da empresa, impulsionando a transformação digital da Companhia. Com a adoção do sistema de gestão SAP S/4HANA e outras soluções, a empresa avança na estratégia de transformação digital a partir da integração das operações e unificação de processos. Inclusive, esse é um fator determinante para consolidar a estratégia de crescimento de longo prazo, contribuindo para a geração de energia 100% limpa e renovável com excelência.

O projeto, intitulado ONE, foi iniciado em 2020, teve o go-live em julho de 2021 e está em fase final de estabilização, com funcionamento sem interrupções, incluindo todo o faturamento da empresa rodando no SAP S/4HANA, além do fechamento contábil e fiscal já concluído dentro do planejado no novo sistema. Outro destaque da migração é a integração das demandas de manutenção das 8 usinas hidrelétricas e 2 pequenas centrais hidrelétricas em um único sistema, substituindo os 2 sistemas utilizados anteriormente para essa finalidade.

2. Apresentação das informações trimestrais - ITR

2.1. Aprovação das informações trimestrais

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Companhia e sua controlada.

As demais informações relativas à apresentação das demonstrações financeiras publicadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais de 2020, permanecem válidas para esse trimestre.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais de 2020.

4. Gestão de riscos do negócio

As informações sobre fatores de risco descritas na nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para essas informações trimestrais, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Riscos financeiros

4.1.1. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia e sua controlada fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e sua controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e consolidado			
			De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	153.709	150.956	-	304.665
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	132.953	-	-	132.953
8 ^a	1	Variação 106,75% do DI ao ano	90.034	83.194	-	173.228
8 ^a	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	10.699	10.997	225.865	247.561
9 ^a	1	Variação DI + 1,40% ano ano	16.220	15.706	187.012	218.938
9 ^a	2	Variação DI + 1,65% ano ano	29.767	28.738	371.905	430.410
			433.382	289.591	784.782	1.507.755

4.2. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração,

originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Controladora	
			30/09/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	CDI	6,38%	89.311	5.697
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	6,38%	1.005	64
			90.316	5.761
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	3,12%	(266.283)	(24.967)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	3,12%	(122.207)	(11.244)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	6,38%	(161.568)	(11.002)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	3,12%	(196.133)	(17.237)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	6,38%	(181.443)	(13.601)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	6,38%	(322.505)	(19.834)
			(1.250.139)	(97.885)
Total da exposição líquida			(1.159.823)	(92.124)

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Consolidado	
			30/09/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	CDI	6,38%	113.414	7.234
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	6,38%	1.005	64
			114.419	7.298
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	3,12%	(266.283)	(24.967)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	3,12%	(122.207)	(11.244)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	6,38%	(161.568)	(11.002)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	3,12%	(196.133)	(17.237)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	6,38%	(181.443)	(13.601)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	6,38%	(322.505)	(19.834)
			(1.250.139)	(97.885)
Total da exposição líquida			(1.135.720)	(90.587)

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Debêntures	14	1.250.139	1.074.801	1.250.139	1.074.801
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(89.380)	(1.062.848)	(113.517)	(1.110.250)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(1.005)	(807)	(1.005)	(807)
Dívida líquida		1.159.754	11.146	1.135.617	(36.256)
Patrimônio líquido		1.909.893	1.911.744	1.909.893	1.911.744
Total do capital		3.069.647	1.922.890	3.045.510	1.875.488
Índice de alavancagem financeira - (%)*		37,8	0,6	37,3	-1,9

* Dívida líquida / Total do capital

As principais variações do saldo de gestão de capital decorrem do pagamento do acordo do GSF e captação da 9ª emissão de debêntures, gerando uma redução de caixa e um acréscimo no endividamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	69	78	103	107
Aplicações financeiras	89.311	1.062.770	113.414	1.110.143
Certificado de depósito bancário (CDB)	89.311	1.062.770	113.414	1.110.143
	89.380	1.062.848	113.517	1.110.250

As principais variações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são referentes ao pagamento do acordo GSF e liquidação da 5ª emissão e pagamento de principal da 4ª e 7ª emissão série 2, compensados pela captação da 9ª emissão de debêntures.

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	807
Aplicações	853
Rendimentos	14
Resgates	(669)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.005

5.3. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
AAA	AAA.br	90.385	1.063.655	114.522	1.111.057
		90.385	1.063.655	114.522	1.111.057

A íntegra das informações relacionadas à nota de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são as mesmas descritas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

6. Clientes

6.1. Composição

	Controladora			
	À vencer		30/09/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	122.257	-	122.257	131.366
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	23.749	2.969	26.718	708.911
	146.006	2.969	148.975	840.277

	Consolidado			
	À vencer		30/09/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	124.624	-	124.624	133.559
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	23.749	2.969	26.718	708.911
	148.373	2.969	151.342	842.470

A principal variação no saldo de contas a receber se deve às arrecadações da CCEE no 1º trimestre de 2021 de valores que estavam represados em razão das discussões em torno do GSF.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa nº 6.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	Controladora				Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020		30/09/2021		31/12/2020	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	-	-	0,5	621	-	-	0,5	621
2 - Bom	47,6	58.213	35,4	46.531	47,2	58.805	35,2	47.050
3 - Satisfatório	44,4	54.251	55,4	72.823	44,8	55.798	55,7	74.292
4 - Regular	8,0	9.793	7,5	9.863	8,0	10.021	7,5	10.068
5 - Crítico	-	-	1,2	1.528	-	-	1,1	1.528
	100,0	122.257	100,0	131.366	100,0	124.624	100,0	133.559

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas a nota de Clientes está descrita na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2020.

7. Tributos a recuperar/recolher

	Controladora			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	2.043	-	2.577	-
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.297	819	-	819
	8.340	819	2.577	819
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	130.995	-
PIS e COFINS a pagar	2.428	-	5.858	-
ICMS	6.766	-	4.968	-
ISS	76	-	143	-
Outros	518	-	285	-
	9.788	-	142.249	-

	Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	2.043	-	2.658	-
INSS	-	1.442	-	1.427
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.297	819	-	819
	8.340	2.261	2.658	2.246
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	314	-	131.049	-
PIS e COFINS a pagar	2.536	-	5.945	-
ICMS	6.766	-	4.968	-
ISS	78	-	155	-
Outros	536	-	310	-
	10.230	-	142.427	-

A Companhia apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, após a realização do diferido sobre o GSF no 1º trimestre de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 foram reclassificados para as contas de antecipações de IRPJ/CSLL.

8. Depósitos judiciais

	Controladora e consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.999	6.835	37.525	60.359
Variações monetárias	283	68	515	866
Adições	613	-	-	613
(-) Baixas	(1.875)	(9)	-	(1.884)
Saldo em 30 de setembro de 2021	15.020	6.894	38.040	59.954

A baixa dos depósitos judiciais fiscais decorre de ações de execução fiscal e ambiental que foram encerradas em favor da controladora Rio Paranapanema.

A íntegra das informações relacionadas aos depósitos judiciais está descrita na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

9. Investimentos

9.1. Movimentação do investimento

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	31/12/2020	Equivalência patrimonial	30/09/2021
Controlada				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	220.186	(3.591)	216.595
		220.186	(3.591)	216.595

	Participação acionária	31/12/2019	Equivalência patrimonial	30/09/2020
Controlada				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	170.647	118	170.765
		170.647	118	170.765

9.2. Informações financeiras da Controlada

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do período	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Controlada												
Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda.	99,99%	99,99%	229.566	259.567	12.970	39.380	216.596	220.187	21.589	19.915	(3.591)	118

A íntegra das informações relacionadas aos investimentos está descrita na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

10. Imobilizado

10.1. Composição

	Controladora				Consolidado					
	30/09/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação	30/09/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço										
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	0,0%	224.953	-	224.953	224.953	0,0%
Resenatório, barragens e adutora	3.375.513	(1.850.348)	1.525.165	1.630.302	4,2%	3.610.512	(1.890.320)	1.720.192	1.828.941	4,0%
Edificações, obras civis e benfeitorias	457.208	(269.900)	187.308	198.723	3,3%	495.494	(276.797)	218.697	230.737	3,2%
Máquinas e equipamentos	1.028.078	(460.915)	567.163	585.018	3,9%	1.152.811	(491.340)	661.471	680.140	3,8%
Veículos	10.057	(6.565)	3.492	3.691	11,3%	10.465	(6.731)	3.734	3.971	11,3%
Móveis e utensílios	1.257	(978)	279	301	2,5%	1.413	(1.044)	369	395	2,9%
(-) Reserva usínas Canoas I e II	-	(200.675)	(200.675)	(200.675)	0,0%	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.697	(542)	3.155	2.913	19,5%	3.698	(542)	3.156	2.913	19,5%
	5.089.675	(2.789.923)	2.299.752	2.434.138		5.298.671	(2.666.774)	2.631.897	2.771.375	
Em curso										
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046		17.599	-	17.599	17.140	
Resenatório, barragens e adutora	2.884	-	2.884	2.826		2.887	-	2.887	2.826	
Edificações, obras civis e benfeitorias	545	-	545	499		737	-	737	691	
Máquinas e equipamentos	32.414	-	32.414	37.434		33.723	-	33.723	40.539	
Veículos	928	-	928	1.220		928	-	928	1.220	
	37.817	-	37.817	43.025		55.874	-	55.874	62.418	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)										
	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	5.127.492	(2.789.923)	2.337.569	2.477.163		5.195.440	(2.666.774)	2.528.666	2.674.688	
(-) Obrigações especiais	(1.467)	846	(621)	(711)		(1.467)	846	(621)	(711)	
	5.126.025	(2.789.077)	2.336.948	2.476.452		5.193.973	(2.665.928)	2.528.045	2.673.977	

10.2. Movimentação

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2021
Em serviço						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.630.302	-	-	-	(105.137)	1.525.165
Edificações, obras civis e benfeitorias	198.723	-	-	(164)	(11.251)	187.308
Máquinas e equipamentos	585.018	-	(1.550)	14.029	(30.334)	567.163
Veículos	3.691	-	(156)	806	(849)	3.492
Móveis e utensílios	301	-	-	2	(24)	279
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	2.913	784	-	-	(542)	3.155
	2.434.138	784	(1.706)	14.673	(148.137)	2.299.752
Em curso						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.826	58	-	-	-	2.884
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46	-	-	-	545
Máquinas e equipamentos	37.434	8.774	-	(13.794)	-	32.414
Veículos	1.220	514	-	(806)	-	928
	43.025	9.392	-	(14.600)	-	37.817
	2.477.163	10.176	(1.706)	73	(148.137)	2.337.569
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	90	(621)
	2.476.452	10.176	(1.706)	73	(148.047)	2.336.948

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências
Em serviço						
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-
Reservatório, barragens e adutora	1.828.941	-	-	-	(108.749)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.737	-	-	(164)	(11.876)	-
Máquinas e equipamentos	680.140	-	(1.550)	16.098	(33.217)	-
Veículos	3.971	-	(156)	806	(887)	-
Móveis e utensílios	395	-	-	5	(31)	-
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	2.913	785	-	-	(542)	-
	2.771.375	785	(1.706)	16.745	(155.302)	-
	2.674.688	10.464	(1.706)	73	(155.302)	449
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	90	(621)
	2.673.977	10.464	(1.706)	73	(155.212)	449
	2.528.045					
Em curso						
Terrenos	17.140	10	-	-	-	449
Reservatório, barragens e adutora	2.828	59	-	-	-	17.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	46	-	-	-	2.887
Máquinas e equipamentos	40.539	9.050	-	(15.866)	-	737
Veículos	1.220	514	-	(806)	-	928
	62.418	9.679	-	(16.672)	-	449
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.105)	-	-	-	-	(159.105)
	(159.105)	-	-	-	-	(159.105)
	2.674.688	10.464	(1.706)	73	(155.302)	449
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	90	(621)
	2.673.977	10.464	(1.706)	73	(155.212)	449
	2.528.045					

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.774.566	-	-	1.125	(108.992)	1.666.699
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	-	-	865	(12.816)	203.001
Máquinas e equipamentos	591.749	-	(1.399)	25.246	(30.512)	585.084
Veículos	2.203	-	-	2.055	(721)	3.537
Móveis e utensílios	282	-	(17)	(1)	(24)	240
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(996)	4.061
	2.601.547	452	(1.416)	29.290	(154.061)	2.475.812
Em curso						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.545	65	-	21	-	2.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	201	-	(865)	-	349
Máquinas e equipamentos	44.830	17.941	-	(26.384)	-	36.387
Veículos	2.040	755	-	(2.055)	-	740
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-
	51.481	18.962	-	(29.290)	-	41.153
	2.653.028	19.414	(1.416)	-	(154.061)	2.516.965
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	90	(741)
	2.652.199	19.395	(1.399)	-	(153.971)	2.516.224

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	
						Valor líquido em 30/09/2020	
Em serviço							
Terrenos	223.698	-	-	-	-	223.698	
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	-	-	1.125	(112.603)	-	1.866.543
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	-	865	(13.443)	-	235.224
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(1.407)	25.980	(33.352)	-	681.105
Veículos	2.412	-	-	2.178	(759)	-	3.831
Móveis e utensílios	390	-	(19)	(2)	(32)	-	337
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(996)	-	4.061
	2.946.137	452	(1.426)	30.146	(161.185)	-	2.814.124
Em curso							
Terrenos	11.895	43	-	-	-	6.272	18.210
Reservatório, barragens e adutora	2.547	65	-	21	-	-	2.633
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	201	-	(865)	-	-	541
Máquinas e equipamentos	46.503	19.988	-	(27.476)	-	-	39.015
Veículos	2.163	755	-	(2.178)	-	-	740
Móveis e utensílios	7	-	-	(7)	-	-	-
	64.320	21.052	-	(30.505)	-	6.272	61.139
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	-	(202.588)
	(202.588)	-	-	-	-	-	(202.588)
	2.807.869	21.504	(1.426)	(359)	(161.185)	6.272	2.672.675
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	-	90	-	(741)
	2.807.040	21.485	(1.409)	(359)	(161.095)	6.272	2.671.934

A íntegra das informações relacionadas ao imobilizado está descrita na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

11. Intangível

11.1. Composição

	Controladora					Consolidado				
	30/09/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização	30/09/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço										
Uso do bem público (UBP)	53.495	(37.907)	15.588	16.652	2,7%	53.495	(37.907)	15.588	16.652	2,7%
Software	33.647	(31.773)	1.874	3.333	5,5%	34.072	(31.959)	2.113	3.626	5,6%
Licença operacional (LO)	-	-	-	-	0,0%	4.235	(4.235)	-	-	0,0%
Servidão de passagem	75	-	75	75	0,0%	265	-	265	265	0,0%
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.272	(54.615)	794.657	838.918	8,6%	859.675	(55.143)	804.532	849.245	8,6%
	936.489	(124.295)	812.194	858.978		951.742	(129.244)	822.498	869.788	
Em curso										
Software	10.263	-	10.263	4.844		10.281	-	10.281	4.844	
Servidão de passagem	-	-	-	-		22	-	22	22	
	10.263	-	10.263	4.844		10.303	-	10.303	4.866	
	946.752	(124.295)	822.457	863.822		962.045	(129.244)	832.801	874.654	
(-) Obrigações especiais	-	-	-	-		(2.208)	-	2.208	-	
	946.752	(124.295)	822.457	863.822		959.837	(127.036)	832.801	874.654	

11.2. Movimentação

	Controladora					Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2021	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2021	
Em serviço											
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	-	(1.064)	15.588	16.652	-	-	(1.064)	15.588	
Software	3.333	-	(73)	(1.386)	1.874	3.333	-	(73)	(1.386)	1.874	
Servidão de passagem	75	-	-	-	75	75	-	-	-	75	
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	838.918	10.354	-	(54.615)	794.657	838.918	10.354	(73)	(57.065)	812.194	
	858.978	10.354	(73)	(57.065)	812.194						
Em curso											
Software	4.844	5.419	-	-	10.263	4.844	5.419	-	-	10.263	
	4.844	5.419	-	-	10.263						
	863.822	15.773	(73)	(57.065)	822.457						
Consolidado					Consolidado					Consolidado	
Valor líquido em 31/12/2020		Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020		Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2021	
Em serviço					Em serviço					Em serviço	
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	-	(1.064)	15.588	16.652	-	-	(1.064)	15.588	
Software	3.626	-	(73)	(1.440)	2.113	3.626	-	(73)	(1.440)	2.113	
Servidão de passagem	265	-	-	-	265	265	-	-	-	265	
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	10.430	-	(55.143)	804.532	849.245	10.430	(73)	(57.647)	822.498	
	869.788	10.430	(73)	(57.647)	822.498						
Em curso					Em curso					Em curso	
Software	4.844	5.437	-	-	10.281	4.844	5.437	-	-	10.281	
Servidão de passagem	22	-	-	-	22	22	-	-	-	22	
	4.866	5.437	-	-	10.303						
	874.654	15.867	(73)	(57.647)	832.801						

Do valor total das adições de software ocorridas no período, o montante de R\$ 5.162 se refere a licença para implementação do novo ERP e o restante software segurança de barragem.

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.503	-	-	(1.389)	17.114
Software	5.199	-	125	(1.503)	3.821
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	23.777	-	125	(2.892)	21.010
Em curso					
Software	120	4.193	(125)	-	4.188
	120	4.193	(125)	-	4.188
	23.897	4.193	-	(2.892)	25.198
	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.504	-	-	(1.390)	17.114
Software	5.199	-	484	(1.552)	4.131
Licença operacional (LO)	235	-	-	(235)	-
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
	24.203	-	484	(3.177)	21.510
Em curso					
Software	120	4.193	(125)	-	4.188
Servidão de passagem	44	-	-	-	44
	164	4.193	(125)	-	4.232
	24.367	4.193	359	(3.177)	25.742

A íntegra das informações relacionadas ao intangível está descrita na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

12. Fornecedores

12.1. Composição

	Controladora					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	443.945	-	443.945	2.005.364	-	2.005.364
Materiais e serviços contratados	19.755	-	19.755	17.344	-	17.344
Encargos de uso da rede elétrica	13.160	26.611	39.771	14.420	25.005	39.425
Tust	12.901	-	12.901	12.514	-	12.514
Tusd-g	253	26.611	26.864	1.887	25.005	26.892
Encargos de conexão	6	-	6	19	-	19
	476.860	26.611	503.471	2.037.128	25.005	2.062.133
	Consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	448.460	-	448.460	2.036.256	-	2.036.256
Materiais e serviços contratados	20.279	-	20.279	18.502	-	18.502
Encargos de uso da rede elétrica	13.160	26.611	39.771	14.469	25.005	39.474
Tust	12.901	-	12.901	12.514	-	12.514
Tusd-g	253	26.611	26.864	1.936	25.005	26.941
Encargos de conexão	6	-	6	19	-	19
	481.899	26.611	508.510	2.069.227	25.005	2.094.232

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 437.851 (R\$ 293.170 em dezembro de 2020) na Companhia referente a liminar de garantia física.

Em 31 de dezembro de 2020, além do efeito da liminar da garantia física, estava registrado o efeito de R\$ 1.666.961, para a Controladora e R\$ 1.691.231 no Consolidado, referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF concedida à Apine.

Com o pagamento referente aos valores da liminar sobre o GSF, restaram os registros referentes à liminar da garantia física, que segue ativa, gerando apurações mensais além da remuneração do saldo com base no IGPM.

A íntegra das informações relacionadas a fornecedores está descrita na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	Controladora					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	5.363	-	5.363	8.283	-	8.283
P&D	24.040	6.944	30.984	16.595	9.399	25.994
TFSEE	605	-	605	552	-	552
	30.008	6.944	36.952	25.430	9.399	34.829

	Consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	5.363	-	5.363	8.282	-	8.282
P&D	24.039	6.944	30.983	16.595	9.399	25.994
TFSEE	614	-	614	561	-	561
	30.016	6.944	36.960	25.438	9.399	34.837

A íntegra das informações referente aos encargos setoriais está descrita na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

14. Debêntures

14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado				
				30/09/2021				
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)
4 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.338	50.675	134.013	83.338	48.932
7 ^a	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	22.207	122.207	-	-
8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	1.693	81.693	80.000	(125)
8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	5.547	5.547	160.000	30.586
9 ^a	1	DI + 1,40% ano ano	26/01/2024	-	1.833	1.833	180.000	(390)
9 ^a	2	DI + 1,65% ano ano	26/01/2026	-	3.632	3.632	320.000	(1.127)
				263.338	85.587	348.925	823.338	77.876
								901.214

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado				
				31/12/2020				
				Circulante			Não circulante	
Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total			
4 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343
5 ^a	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	-	-
7 ^a	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358
8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	697	697	160.000	(312)
8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.563	7.563	160.000	17.770
				263.341	113.626	376.967	586.675	111.159
								697.834

14.2. Vencimento

Controladora e consolidado					
Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures	211.058	275.011	255.145	160.000	901.214

14.3. Movimentação

	4 ^a Emissão Série 2	5 ^a Emissão Série 2	7 ^a Emissão Série 2	8 ^a Emissão Série 1	8 ^a Emissão Série 2	9 ^a emissão Série 1	9 ^a emissão Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	380.681	116.899	231.503	160.385	185.333	-	-	1.074.801
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	180.000	320.000	500.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	(938)	(1.650)	(2.588)
Amortização de custos de transação	58	119	281	187	134	236	192	1.207
Apropriação de juros	15.039	3.296	9.532	2.573	11.081	5.932	11.085	58.538
Apropriação de variação monetária	23.357	3.848	14.511	-	12.682	-	-	54.398
Pagamento de debêntures	(83.325)	(80.016)	(100.000)	-	-	-	-	(263.341)
Pagamento de juros	(23.467)	(8.102)	(13.554)	(1.577)	(13.097)	(3.787)	(7.122)	(70.706)
Pagamento de variação monetária	(46.060)	(36.044)	(20.066)	-	-	-	-	(102.170)
Saldo em 30 de setembro de 2021	266.283	-	122.207	161.568	196.133	181.443	322.505	1.250.139

14.4. Covenants financeiros

Considerando os últimos 12 meses, em relação ao período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme quadro abaixo:

Índice financeiro	Limites	30/09/2021
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	3,43
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,85
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,60

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis no site <https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores>.

14.5. Captação da 9^a emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2021 a Companhia captou R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9^a. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000

(trezentos e vinte mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de dezembro de 2020 e;
- iv. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

- i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 4^a emissão da Companhia;
- ii. liquidação das debêntures da 5^a emissão;
- iii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 7^a. emissão.
- iv. reforço de capital de giro da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Para a 9^a emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobre taxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,65% para a série 2.

As demais informações relacionadas a debêntures estão descritas na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020

15. Provisões para riscos

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das provisões, contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

15.1. Provisões para riscos prováveis

15.1.1. Composição

	Controladora			
	30/09/2021			31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	8.073	(1.952)	6.121	6.568
Fiscais	20.300	(993)	19.307	18.790
Cíveis	2.658	(260)	2.398	1.726
Indenizações de benfeitorias	2.658	(260)	2.398	1.726
Ambientais	10.366	(60)	10.306	9.657
	41.397	(3.265)	38.132	36.741

	Consolidado			
	30/09/2021			31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	8.146	(1.963)	6.183	6.615
Fiscais	20.300	(993)	19.307	18.790
Cíveis	9.496	(260)	9.236	8.115
Desapropriações de terras	6.838	-	6.838	6.389
Indenizações de benfeitorias	2.658	(260)	2.398	1.726
Ambientais	10.366	(60)	10.306	9.657
	48.308	(3.276)	45.032	43.177

15.1.2. Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
			Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.568	18.790	1.726	9.657	36.741
Provisões para riscos					
Provisões / (reversões)	(2.986)	347	534	-	(2.105)
Variações monetárias	784	197	143	618	1.742
	(2.202)	544	677	618	(363)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(48)	(27)	(5)	(14)	(94)
(Adições)	(454)	-	-	-	(454)
Baixas	2.257	-	-	45	2.302
	1.755	(27)	(5)	31	1.754
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.121	19.307	2.398	10.306	38.132

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis		Ambientais	Total
			Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726	9.657	43.177
Provisões para riscos						
Provisões / (reversões)	(3.032)	347	-	534	-	(2.151)
Variações monetárias	788	197	-	143	618	1.746
Variações monetárias (*)	-	-	449	-	-	449
	(2.244)	544	449	677	618	44
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(50)	(27)	-	(5)	(14)	(96)
(Adições)	(460)	-	-	-	-	(460)
Baixas	2.322	-	-	-	45	2.367
	1.812	(27)	-	(5)	31	1.811
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.183	19.307	6.838	2.398	10.306	45.032

(*) Os valores representados como desapropriação de terras são contabilizados em contrapartida do imobilizado na linha de terrenos.

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.194	18.182	1.771	5.991	38.138
Provisões para riscos					
Provisões / (reversões)	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Variações monetárias	944	217	230	128	1.519
Acordos / pagamentos	(1.529)	-	(176)	-	(1.705)
	(1.718)	217	54	128	(1.319)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(164)	(42)	10	-	(196)
(Adições)	(1.506)	-	-	-	(1.506)
Baixas	1.538	-	-	50	1.588
	(132)	(42)	10	50	(114)
Saldo em 30 de setembro de 2020	10.344	18.357	1.835	6.169	36.705

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	-	1.771	5.991	38.670
Provisões para riscos						
Provisões / (reversões)	(1.265)	-	-	-	-	(1.265)
Provisões(*)	-	-	6.272	-	-	6.272
Variações monetárias	984	217	-	230	128	1.559
Acordos / pagamentos	(1.626)	-	-	(176)	-	(1.802)
	(1.907)	217	6.272	54	128	4.764
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(167)	(42)	-	10	-	(199)
(Adições)	(1.561)	-	-	-	-	(1.561)
Baixas	1.552	-	-	-	50	1.602
	(176)	(42)	-	10	50	(158)
Saldo em 30 de setembro de 2020	10.643	18.357	6.272	1.835	6.169	43.276

15.1.3. Trabalhistas

A principal variação se deve ao encerramento de dois processos com levantamento dos depósitos em favor do autor da ação nesses casos, além de encerramentos favoráveis a Companhia e sua controlada.

15.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/09/2021	31/12/2020	31/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	5.378	4.496	5.378	4.496
Fiscais	126.731	204.498	161.218	204.498
Ambientais	49.246	36.514	49.246	36.514
Regulatórios	132.151	136.950	132.151	136.950
Cíveis	6.130	3.182	33.111	27.394
	319.636	385.640	381.104	409.852

15.2.1. Fiscais

A principal variação das contingências fiscais decorre da reclassificação de risco de possível para remoto do Mandado de Segurança ajuizado pela Apine para discutir a criação da Taxa de utilização de recursos hídricos pelo estado do Paraná, diante da constitucionalidade da lei que criou a taxa.

15.2.2. Ambientais

A principal variação ocorreu em virtude de Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE) de Andirá em face do Condomínio Canoas II, por meio do qual requer a

regularização do loteamento que compõe o Condomínio Canoas II do rio Paranapanema, e a condenação dos réus solidariamente, pelos supostos danos causados ao meio ambiente.

15.2.3. Cíveis

A companhia possui um procedimento arbitral de caráter sigiloso na Câmara Arbitral da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no qual se discute a atualização dos valores previstos em contrato.

A companhia possui um procedimento arbitral de caráter sigiloso na Câmara Arbitral da FGV no qual se discute a atualização dos valores previstos em contrato.

16. Dividendos

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 30/09/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	267.047	(267.047)	-	-
Acionistas minoritários	11.819	(10.350)	(91)	1.378
	278.866	(277.397)	(91)	1.378

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Conforme AGO realizada em 30 de abril de 2021, em 25 de junho ocorreu pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

17. Juros sobre o capital próprio

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 30/09/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	43.334	(43.334)	-	-
Acionistas não controladores	1.954	(1.678)	(47)	229
	45.288	(45.012)	(47)	229

(*) Os juros sobre capital próprio reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Conforme AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, em 30 de março ocorreu pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia.

18. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A, que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Benefícios de curto prazo para administradores	1.079	3.024	997	2.905
Benefícios pós-emprego	48	130	40	103
Conselho fiscal	284	851	284	825
	1.411	4.005	1.321	3.833

18.2. Contas patrimoniais - passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	1.279	1.462	1.279	1.462
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	441	422	514	492
	1.720	1.884	1.793	1.954

18.3. Resultado

	Controladora						
	01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020			
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Despesa de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(10.513)	-	(10.513)	7	(12.128)	-	(12.121)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(4.028)	(4.028)	-	-	(3.854)	(3.854)
Rio Parana Energia S.A.	-	-	-	3	-	-	3
Rio Paranapanema Participações S.A.	4.849	-	4.849	-	3.144	-	3.144
	(5.664)	(4.028)	(9.692)	10	(8.984)	(3.854)	(12.828)

	Consolidado						
	01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020			
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Despesa de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(10.513)	-	(10.513)	7	(12.128)	-	(12.121)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(4.695)	(4.695)	-	-	(4.492)	(4.492)
Rio Parana Energia S.A.	-	-	-	3	-	-	3
Rio Paranapanema Participações S.A.	4.849	-	4.849	-	3.144	-	3.144
	(5.664)	(4.695)	(10.359)	10	(8.984)	(4.492)	(13.466)

18.4. Garantias em operações comerciais

À medida em que clientes da Companhia necessitam de lastro de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações S.A. é a empresa que suporta essas operações.

O montante garantido em operações de comercialização pela Rio Paranapanema Participações S.A. em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 170.516 (R\$ 121.549 em 31 de dezembro de 2020).

A íntegra das informações sobre partes relacionadas está descrita na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Posição acionária em 30/09/2021 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferências	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	-	-	709.900	1,13	709.900	0,75
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,93	2.590.350	4,11	2.887.386	3,06
	31.477.761	99,99	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Posição acionária em 31/12/2020 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferências	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	806.712	1,28	809.233	0,86
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,93	2.493.538	3,96	2.788.053	2,95
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

A íntegra das informações sobre patrimônio líquido está descrita na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

20. Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional bruta								
Contratos ACL	354.860	1.002.379	368.429	1.131.885	362.102	1.023.613	375.256	1.151.480
Mercado de curto prazo (MCP)	89.714	113.590	69.442	149.534	90.577	114.758	69.555	150.303
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.098	3.818	-	-	2.098	3.818	-	303
	446.672	1.119.787	437.871	1.281.419	454.777	1.142.189	444.811	1.302.086
Outras receitas								
Outras receitas	97	367	84	335	98	367	84	335
	97	367	84	335	98	367	84	335
Total receita operacional bruta	446.769	1.120.154	437.955	1.281.754	454.875	1.142.556	444.895	1.302.421
Deduções à receita operacional								
PIS e COFINS	(34.091)	(96.751)	(34.263)	(104.770)	(34.386)	(97.564)	(34.516)	(105.522)
ICMS	(12.049)	(33.061)	(9.770)	(28.113)	(12.049)	(33.061)	(9.770)	(28.113)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(3.883)	(9.788)	(3.766)	(10.993)	(3.883)	(9.788)	(3.766)	(10.993)
	(50.023)	(139.600)	(47.799)	(143.876)	(50.318)	(140.413)	(48.052)	(144.628)
Receita operacional líquida	396.746	980.554	390.156	1.137.878	404.557	1.002.143	396.843	1.157.793

A íntegra das informações sobre receita operacional líquida está descrita na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

21. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

21.1. Energia elétrica vendida

	Controladora							
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	1.949.273	354.860	5.815.380	1.002.379	2.040.528	368.429	6.332.990	1.131.885
Mercado de curto prazo (MCP)	76.585	89.714	79.571	113.590	260.497	69.442	496.910	149.534
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	175.387	2.098	323.485	3.818	-	-	24.023	303
	2.201.245	446.672	6.218.435	1.119.787	2.301.025	437.871	6.829.900	1.281.419

	Consolidado							
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	1.980.894	362.102	5.911.874	1.023.613	2.075.546	375.256	6.432.243	1.151.480
Mercado de curto prazo (MCP)	76.585	90.577	79.571	114.758	261.039	69.555	499.281	150.303
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	175.387	2.098	323.485	3.818	-	-	24.023	303
	2.232.866	454.777	6.314.930	1.142.189	2.336.585	444.811	6.955.547	1.302.086

(*) Não revisados pelos auditores independentes

21.2. Energia elétrica comprada

	Controladora							
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	534.685	267.812	674.986	307.956	563.808	107.486	1.037.305	191.389
Mercado de curto prazo (MCP)	(11.652)	(3.895)	196.262	37.077	-	-	20.512	865
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	33.637	573	1.564.665	24.368	561.650	6.943	1.991.732	33.769
(-) Crédito de PIS	-	(3.283)	-	(3.780)	-	-	-	-
(-) Crédito de COFINS	-	(15.121)	-	(17.410)	-	-	-	-
	556.670	246.086	2.435.912	348.211	1.125.458	114.429	3.049.549	226.023

	Consolidado							
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$						
Contratos bilaterais	534.685	267.813	674.986	307.957	563.808	107.486	1.037.305	191.389
Mercado de curto prazo (MCP)	(3.512)	4.337	216.982	46.540	4.589	428	30.259	2.006
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	58.547	(14)	1.621.076	25.071	588.778	7.517	2.022.232	34.477
(-) Crédito de PIS	-	(3.283)	-	(3.780)	-	-	-	-
(-) Crédito de COFINS	-	(15.121)	-	(17.410)	-	-	-	-
	589.720	253.732	2.513.044	358.378	1.157.175	115.431	3.089.796	227.872

(*) Não revisados pelos auditores independentes

A variação do saldo energia elétrica comprada, se dá em razão do aumento do valor do PLD entre os períodos comparados, principalmente em função de uma das piores crises hídricas já ocorridas no país.

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Tust	38.114	111.765	34.037	99.815
Tusd	5.973	14.809	5.213	15.371
Encargos de conexão	14	106	43	140
(-) Crédito de PIS	(653)	(2.881)	(594)	(1.780)
(-) Crédito de COFINS	(3.009)	(13.272)	(2.735)	(8.197)
	40.439	110.527	35.964	105.349

	Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Tust	38.114	111.765	34.037	99.815
Tusd	6.153	15.247	5.361	15.786
Encargos de conexão	14	106	43	140
(-) Crédito de PIS	(653)	(2.881)	(594)	(1.780)
(-) Crédito de COFINS	(3.009)	(13.272)	(2.735)	(8.197)
	40.619	110.965	36.112	105.764

A íntegra das informações a respeito dos encargos de uso da rede elétrica está descrita na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas								
Aplicações financeiras	1.831	9.803	5.727	25.407	2.128	10.407	5.931	26.230
Variações monetárias	1.515	9.709	577	2.141	1.521	9.735	600	2.197
Depósitos judiciais	935	1.886	577	2.141	935	1.899	600	2.197
Inadimplência CCEE	515	7.758	-	-	515	7.758	-	-
Outras	65	65	-	-	71	78	-	-
Compensação financeira	37.846	37.846	-	-	37.846	37.846	-	-
Outras receitas financeiras	-	213	89	694	8	216	102	748
	41.192	57.571	6.393	28.242	41.503	58.204	6.633	29.175
Despesas								
Juros sobre debêntures	(20.310)	(58.538)	(15.058)	(50.915)	(20.310)	(58.538)	(15.058)	(50.915)
Variações monetárias	(37.241)	(182.568)	(108.738)	(160.801)	(37.241)	(183.269)	(110.686)	(163.627)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(19.394)	(121.293)	(96.978)	(139.261)	(19.394)	(121.990)	(98.916)	(142.047)
Provisões para riscos	(596)	(1.742)	(530)	(1.519)	(596)	(1.746)	(540)	(1.559)
Debêntures	(15.684)	(54.398)	(9.535)	(15.804)	(15.684)	(54.398)	(9.535)	(15.804)
Outras	(1.567)	(5.135)	(1.695)	(4.217)	(1.567)	(5.135)	(1.695)	(4.217)
Despesas plano de pensão	(1.523)	(4.570)	(1.046)	(3.136)	(1.523)	(4.570)	(1.046)	(3.136)
Outras despesas financeiras	(677)	(2.415)	(653)	(2.177)	(675)	(2.432)	(652)	(2.188)
	(59.751)	(248.091)	(125.495)	(217.029)	(59.749)	(248.809)	(127.442)	(219.866)
	(18.559)	(190.520)	(119.102)	(188.787)	(18.246)	(190.605)	(120.809)	(190.691)

Em razão da crise hídrica, provocada pela escassez de chuvas no período, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocam aumento no valor do PLD, a Companhia acolheu solicitação de uma comercializadora com que tinha o compromisso de entrega de energia comprada para o período, renegociando os volumes, preços e prazos originalmente contratados, em contrapartida à essa renegociação a comercializadora arcou com penalidade no valor de R\$ 41.704 (valor apresentado no quadro acima líquido de Pis/Cofins) como compensação financeira pelo não cumprimento das condições originais do contrato.

23. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

23.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora					
	30/09/2021			30/09/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
(Prejuízo) / lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		(6.653)			320.370	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	1.663	599	2.262	(80.093)	(28.833)	(108.926)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	1.695	(55)	1.640	1.697	(56)	1.641
Equivalência patrimonial de controlada	(898)	(323)	(1.221)	29	11	40
Incentivos fiscais	-	-	-	600	-	600
Amortização agio da Duke sudeste	12	4	16	13	5	18
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	-	-	-
Outras adições permanentes, líquidas	(18)	(7)	(25)	(393)	(148)	(541)
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	2.121	98	2.219	(78.147)	(29.021)	(107.168)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	125.412	46.036	171.448
IRPJ e CSLL diferidos	(2.121)	(98)	(2.219)	(47.265)	(17.015)	(64.280)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(2.121)	(98)	(2.219)	78.147	29.021	107.168
Alíquota efetiva	31,9%	1,5%	33,4%	24,4%	9,1%	33,5%

	Consolidado					
	30/09/2021			30/09/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
(Prejuízo) / lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		(5.769)				321.304
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	1.442	519	1.961	(80.326)	(28.917)	(109.243)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	1.695	(55)	1.640	1.697	(56)	1.641
Equivalência patrimonial de controlada	(898)	(323)	(1.221)	29	11	40
Incentivos fiscais	-	-	-	600	-	600
Amortização ágio da Duke sudeste	12	4	16	13	5	18
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(366)	(218)	(584)	(395)	(222)	(617)
Outras adições permanentes, líquidas	(17)	(7)	(24)	(393)	(148)	(541)
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	1.535	(200)	1.335	(78.775)	(29.327)	(108.102)
IRPJ e CSLL correntes	586	298	884	126.040	46.342	172.382
IRPJ e CSLL diferidos	(2.121)	(98)	(2.219)	(47.265)	(17.015)	(64.280)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(1.535)	200	(1.335)	78.775	29.327	108.102
Alíquota efetiva	26,6%	-3,5%	23,1%	24,5%	9,1%	33,6%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

No 1º trimestre a controladora realizou um acordo com a CCEE referente a liminar do GSF, e todos os efeitos desta liminar foram reconhecidos no período, por isso há uma movimentação significativa em seu resultado. Ademais, ocorreu a realização do diferido constituído para esta liminar, e em decorrência da relevância dos valores, a empresa apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no período.

23.2. Tributos diferidos

	Controladora e consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	370.327	132.652	502.979	-	-	-
Liminar GSF/Garantia física	31.321	11.276	42.597	425.984	153.354	579.338
Provisões para riscos	9.643	3.472	13.115	9.699	3.492	13.191
Benefício fiscal	8.597	3.095	11.692	9.753	3.511	13.264
Ajuste atuarial plano de pensão	6.268	2.257	8.525	7.212	2.596	9.808
Outras provisões	2.140	770	2.910	3.594	1.294	4.888
Receita diferida	2.133	768	2.901	1.623	584	2.207
Amortização de direito de uso	89	32	121	72	26	98
Valores recebidos a maior RTE	68	24	92	66	24	90
Total bruto	430.586	154.346	584.932	458.003	164.881	622.884
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	(198.664)	(71.519)	(270.183)	(209.729)	(75.503)	(285.232)
Ajuste de avaliação patrimonial	(130.584)	(47.010)	(177.594)	(148.112)	(53.320)	(201.432)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	(335.761)	(120.874)	(456.635)	(364.354)	(131.168)	(495.522)
Imposto diferido líquido	94.825	33.472	128.297	93.649	33.713	127.362

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.977	(2.477)	50.643	56.834	71.239	(80.919)	128.297

23.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(271.004)	178.859	(92.145)	(266.380)	175.806	(90.574)
Saldos no final do período	34.402	(22.709)	11.693	39.026	(25.762)	13.264

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Amortização do ágio	(4.625)	(5.180)
Reversão da provisão	3.052	3.419
Benefício fiscal	1.573	1.761
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2021	2022	2023	2024 - 2026	2027 em diante	Total
Realização estimada	524	1.872	1.671	4.014	3.612	11.693

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período.

A íntegra das informações relacionadas aos tributos está descrita na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

24. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Preferenciais	(9.071)	(2.956)	7.365	142.134
Ordinários	(4.536)	(1.478)	3.683	71.068
	(13.607)	(4.434)	11.048	213.202
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Preferenciais	(0,14409)	(0,04695)	0,11699	2,25771
Ordinários	(0,14409)	(0,04695)	0,11699	2,25771

25. Instrumentos financeiros

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para esse ITR.

25.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			30/09/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	103	103	107	107
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	113.414	113.414	1.110.143	1.110.143
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	1.005	1.005	807	807
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	151.342	151.342	842.470	842.470
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	59.954	59.954	60.359	60.359
			325.818	325.818	2.013.886	2.013.886
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	508.510	508.510	2.094.232	2.094.232
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	36.960	36.960	34.837	34.837
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	1.793	1.793	1.954	1.954
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.250.139	1.263.785	1.074.801	1.087.589
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	229	229	45.288	45.288
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	1.378	1.378	278.866	278.866
			1.799.009	1.812.655	3.529.978	3.542.766

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2020 e nem no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Também não há exposição a variações cambiais por operações em moeda estrangeira.

26. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades seus e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	30.000

(*) Não revisados pelos auditores independentes

A íntegra das informações relacionadas aos seguros está descrita na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

27. Transações não caixa

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	70.024	71.145
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(23.808)	(24.189)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	3.776	2.527
Imposto diferido sobre plano de pensão	(1.284)	(862)
Efeito não financeiro sobre o pagamento da liminar GSF	594.642	-
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	6.278

A linha de “Efeito não financeiro sobre o pagamento da liminar GSF” representa a parcela de inadimplência que foi realizada quando do pagamento da liminar do GSF, no primeiro trimestre de 2021.

28. Compromissos

28.1. *Contratos de compra e venda de energia elétrica*

A Controladora e sua controlada possuem contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2027 e de compra até o ano de 2026.

29. Evento subsequente

29.1. *Documentação para adesão ao acordo do GSF*

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052 /2021, em 08 de outubro a Companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Canoas I e II, cuja titularidade é compartilhada com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), (pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de direito sobre o qual se funda a ação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel).

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da **RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.** (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2021.

São Paulo, 09 de novembro de 2021.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho // Rodrigo Teixeira Egreja

Diretor Presidente e Diretor sem designação específica

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

José Renato Domingues
Membro Efetivo

Monica Lulling
Membro Efetivo

Yujun Liu
Membro Efetivo

Autair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Luis Antonio Esteves Noel
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador CRC - PR-068461/O-1